

## Atos Oficiais

Senhor Presidente, Senhores Vereadores: **ÀS COMISSÕES Projeto de Decreto N.º 0005/2022 Concede o título de “cidadão ribeirãopirense” ao Senhor Luc da Costa Ribeiro, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires.** A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES APROVOU: Art. 1º- Fica concedido o título de “cidadão ribeirão-pirense” ao **Senhor Luc da Costa Ribeiro**, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. Art. 2º - A Presidência da Câmara fica autorizada a expedir o título concedido nos termos do artigo anterior, a fim de ser entregue à ilustre homenageada. Art. 3º - As despesas com a execução deste Decreto Legislativo correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessária. Art. 4º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação. **Vereador Luiz Gustavo Pinheiro Volpi Guto Volpi JUSTIFICATIVA** Luc da Costa Ribeiro é o Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de Ribeirão Pires. É formado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais e pós-graduado em Direito Registral Imobiliário pela Escola Paulista de Magistratura. Uberabense de nascimento, hoje conta com 43 anos. Assumiu o Cartório em outubro 2011, quando foi aprovado no 7º Concurso de Outorga de Delegações do Estado de São Paulo. Na época, o cartório se localizava na Rua Fioravante Zampol, 250. Em novembro de 2012 mudou a sede para um prédio mais moderno. Em 2016 fez uma grande reforma, com o intuito de se alinhar com a sustentabilidade em respeito às normas ambientais, criando um ambiente mais acolhedor para os funcionários e usuários. Buscando exercer a função social que o cargo de registrador de imóveis lhe ofertava, Luc buscou se aproximar de todos os atores do mercado imobiliário: Prefeitura, Cetesb, Grapohab, Creci, CREA, OAB e bancos. Ministrou diversas palestras com o objetivo de desmistificar as exigências do Cartório e aproximá-lo da Comunidade. Sempre educando sobre a importância e segurança jurídica proporcionadas pelo registro, confirmando a máxima: “Só o dono quem registra.” Estudou profundamente a legislação de Regularização Fundiária e fez um grupo de estudos com funcionários da Prefeitura. Em 2015 foi convidado para participar do GARF – Grupo de Apoio à Regularização Fundiária –, composto pelas maiores autoridades no assunto. Naquela oportunidade, dedicaram um ano de estudos à regularização fundiária em Mananciais. Os estudos gerados neste grupo foram base das inovações trazidas pela Lei 13.465/17, que finalmente possibilitou a regularização em mananciais, na pós-graduação, apresentou trabalho sobre o tema Servidão Ambiental. E tem divulgado este instrumento como forma de viabilizar a regularização ambiental no Município, de forma muito mais simples e econômica e participou de um curso intensivo de inovação e tecnologia no Vale do Silício, nos Estados Unidos. Ministra palestras sobre Usucapião Extrajudicial não só na cidade como em outros Municípios.

Destarte, prestamos por meio da concessão do presente título, a justa homenagem a esse importante cidadão pelos relevantes serviços prestados à nossa população. **Vereador Luiz Gustavo Pinheiro Volpi Guto Volpi**

**Projeto de Decreto N.º 0008/2021 Concede Título de Cidadão Ribeirãopirense ao Reverentíssimo Senhor, Padre JOSÉ SILVA, pelos Relevantes Serviços Prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires.** A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES APROVOU: Art. 1º- Fica concedido o Título de “Cidadão Ribeirãopirense” ao Reverentíssimo Senhor, Padre José Silva, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. Art. 2º - A Presidência da Câmara fica autorizada a expedir o título concedido nos termos do artigo anterior, a fim de ser entregue ao ilustre homenageado. Art. 3º - As despesas com a execução deste Decreto Legislativo correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessária. Art. 4º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação. **Vereador Diogo Manera Vereador Edmar Donizete Oldani Edmar Aerocar**

**A Secretaria de Infraestrutura Urbana,** autoriza a empresa **DAVI ALVES DE OLIVEIRA LTD – EPP**, celebrado entre as partes de acordo com o Termo de Contrato nº 278/2022 – Pregão 058/2022, processo de compras nº 3373/2022 e Processo Administrativo 4764/2022 a iniciar os serviços de locação de veículos pesados e outros, lote 01 e 02, para ser utilizado dentro dos limites do município da Estância Turística de Ribeirão Pires, a partir do dia 30/06/2022.

Pregões Eletrônicos Abertos junto ao Setor de Licitações:

N.º 093/2022 – Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de educação no trânsito no município de Ribeirão Pires. Período para cotação das 11:00 horas do dia 08/08/2022 às 08:00 horas do dia 19/08/2022. Período para lances: 19/08/2022 a partir das 09:00 horas. N.º 094/2022 - Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de acolhimento nos moldes da residência inclusiva, de proteção social especial de alta complexidade: acolhimento institucional para jovens e adultos de 18 a 59 anos com deficiência física e/ou mental de ambos os sexos, em situação de dependência. Período para cotação das 11:00 horas do dia 08/08/2022 às 13:30 horas do dia 19/08/2022. Período para lances: 19/08/2022 a partir das 14:30 horas. Maiores informações serão fornecidas na Gerência de Suprimentos, através do fone (11) 4828-9860. O edital na íntegra poderá ser obtido através do site: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) ou [www.ribeiraopires.sp.gov.br](http://www.ribeiraopires.sp.gov.br). Douglas Menezes Souza - Pregoeiro.

Chamamento Público aberto junto ao Setor de Licitações:

CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2022, Processo nº 6087/2021, que trata do Credenciamento de empresas titulares de soluções de meios de pagamentos e gestão denominada subadquirente/facilitadora, em parceria e por meio das empresas credenciadoras (adquirentes) autorizadas pelo Banco Central do Brasil, visando ao município a realização de pagamentos eletrônicos dos tributos municipais tributários ou não, como ISS, IPTU, ITBI, taxas de licenças, dívidas ativas e receitas diversas (incluindo multas), por meio de transações via web, cuja operacionalização se dá pela geração de links individuais e massificados para inserção dos dados pelo usuário do cartão de crédito e débito, que possibilita a realização desses parcelamentos e pagamentos e possibilitando ao titular do cartão de crédito e débito conhecer previamente os custos adicionais de cada forma de pagamento e decidir pela opção que melhor atenda às suas necessidades. O encerramento dar-se-á no dia 26/08/2022 às 08:30 horas, quando às 09:00 horas do mesmo dia serão abertos os envelopes. Maiores informações serão fornecidas na Gerência de Suprimentos, através do fone: (11) 4828-9860, o edital na íntegra poderá ser obtido através do site: [www.ribeiraopires.sp.gov.br](http://www.ribeiraopires.sp.gov.br). Douglas Menezes Souza - Presidente da COPEL.

Tomada de Preços aberta junto ao Setor de Licitações:

N.º 009/2022 - Objeto: Contratação de empresa para construção de campo de grama sintética e, construção e reforma do vestiário no CTT Ouro Fino. O encerramento dar-se-á no dia 23/08/2022 às 08:30 horas, quando às 09:00 horas do mesmo dia serão abertos os envelopes. Maiores informações serão fornecidas na Gerência de Suprimentos, através do fone (11) 4828-9860. O edital na íntegra poderá ser obtido através do site: [www.ribeiraopires.sp.gov.br](http://www.ribeiraopires.sp.gov.br). Douglas Menezes Souza - Presidente da COPEL.

Tornamos público que com relação à CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 003/2022, Processo de Compras n.º 2106/2022, que trata da contratação de empresa para execução de obras para construção de Ginásio Poliesportivo, foi retificada a planilha constante do anexo, motivo pelo qual fica REMARCADA a referida licitação para o dia 08/09/2022 às 08:30 horas, quando às 09:00 horas serão abertos os envelopes. O edital com as devidas alterações, poderá ser obtido no site: [www.ribeiraopires.sp.gov.br](http://www.ribeiraopires.sp.gov.br). Douglas Menezes Souza - Presidente da COPEL.

PORTARIA Nº. 32.378, DE 08 DE JANEIRO DE 2021. REVOGAR, a Portaria nº 25.717, de 04 de maio de 2015, REMOVER a funcionária GRACIELA RODRIGUES, portadora da Cédula de Identidade RG nº 33.934.074-5 e CPF nº 325.324.058-48, Assistente Administrativo, regime Estatutário, provimento efetivo, lotada na Secretaria de Obras para a Secretaria de Administração, a contar de 01 de janeiro de 2021. Processo 4135/2011

PORTARIA Nº. 32.773, DE 23 DE ABRIL DE 2021. REMOVER o funcionário FÁBIO EDUARDO ROCHA AYUB, portador da Cédula de Identidade RG nº. 22.747.353-X e CPF nº. 155.910.448-16, Agente de Serviços Gerais, regime Estatutário, provimento efetivo, lotado na Secretaria de Serviços Urbanos para a Secretaria de Educação, a contar de 01 de março de 2021. Processo 3937/2005

PORTARIA Nº. 33.086, DE 22 DE JUNHO DE 2021. NOMEAR o funcionário AIRTON JOSÉ TEIXEIRA, portador da Cédula de Identidade RG nº. 23.183.384-2 e CPF nº. 155.263.958-47, Agente de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Saúde e Higiene, para exercer Função de Confiança, recebendo gratificação de 100% (cem por cento) sobre a referência de seu salário, nos termos do Artigo 30, Inciso I, da Lei 6291/2018, a contar de 01 de junho de 2021. Processo 991/2006

PORTARIA Nº. 33.159, DE 12 DE JULHO DE 2021. REMOVER a funcionária MARCIA CARMELITA DE SOUSA ROQUE, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 36.499.803-9 e CPF nº. 372.086.298-46, Agente de Serviços Gerais, regime Estatutário, provimento efetivo, lotada na Secretaria de Saúde e Higiene para a Secretaria de Zeladoria e Manutenção Urbana, a contar de 02 de junho de 2021. Processo 4453/2015

## LAUDA Nº12/2022

**Renovação de Licença Sanitária** – Escola de Educação Infantil e recreação Baby's Universe Ltda- Proc. 5534/2019 -  
**Renovação de Licença Sanitaria** - Estabelecimento Alberto da Cunha Bragato Jr.- Proc. 2302/2004- **Renovação de Licença Sanitaria** - Equipamento de RX Alberto da Cunha Bragato Jr.- Proc. 589/2008 - **Patrícia Bezerra da Silva, Diretora de vigilância Sanitária.**

**LEI Nº 6.770, DE 30 DE JUNHO DE 2022**

**Dispõe sobre a exploração dos serviços de remoção, depósito e guarda de veículos automotores, recolhidos através de medidas administrativas previstas na Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1.997, aplicadas pelas autoridades de trânsito no âmbito do Município de Ribeirão Pires/SP, e dá outras providências.**

**CLÓVIS VOLPI**, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art.1º** - Ficam instituídos no Município de Ribeirão Pires os serviços de remoção, depósito e guarda de veículos automotores.

**Parágrafo único.** Os serviços de que trata a presente Lei poderão ser executados diretamente pelo Poder Executivo Municipal ou outorgados por concessão à pessoa jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho e por prazo determinado, mediante regular processo licitatório.

**Art.2º** - A operação do sistema consiste:

- I** - Na remoção de veículos apreendidos através da utilização de reboque, guinchos ou outro veículo apropriado;
- II** - Na guarda e depósito de veículo, decorrente de remoção, retenção, abandono ou acidente, em pátio de recolhimento ou área destinada para esse fim, onde permanecerá até a liberação ou transferência para outro local; e,
- III** - Na liberação dos veículos infratores com apoio de agentes do poder concedente e de órgãos e instituições governamentais afins.

**Art. 3º** - Os veículos recolhidos deverão permanecer em local apropriado, com instalações previamente aprovadas pela Secretaria Municipal de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil, de propriedade da concessionária ou por esta locado/arrendado, ficando sob sua guarda e responsabilidade até que sejam liberados por determinação da autoridade competente.

**Parágrafo único.** A liberação dos veículos recolhidos será precedida de autorização da Autoridade Municipal de Trânsito, Estadual, Policial ou Judicial.

**Art. 4º.** - Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:

**I** - Remoção: o transporte de veículo apreendido executado pela concessionária mediante determinação da autoridade competente, do local em que se encontra no momento da determinação até o local destinado para sua guarda;

**II** - Recolhimento: o depósito de veículo em área de propriedade da concessionária ou locada/arrendada para esse fim, destinado à guarda do veículo removido;

**III** - Estadia: o tempo de permanência no local destinado para esse fim decorrido entre o dia do recolhimento do veículo e o dia de sua efetiva liberação;

**IV** - Pátio: local destinado ou utilizado para a guarda ou depósito de veículos apreendidos, devendo localizar-se no território do Município de Ribeirão Pires/SP.

**Art. 5º** O pátio de recolhimento de veículos deverá atender as especificações estabelecidas pela Secretaria de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil, por intermédio de Decreto Regulamentador a ser editado pelo Poder Executivo e ao objeto de contrato a ser celebrado com a concessionária vencedora do certame, com as seguintes especificações:

**I** - Preparação adequada do solo com nivelamento e compactado com terra;

**II** - Muro ou cerca de tela circundando o terreno;

**III** - Instalação para administração, controle e segurança com vigias 24 horas e câmeras de monitoramento 24 horas;

**IV** - Iluminação adequada para melhoria da segurança noturna.

**Art.6º.** São procedimentos obrigatórios de operação da concessionária:

**I** - Manter os serviços em funcionamento 24 horas, ininterruptamente, inclusive aos sábados, domingos e feriados;

**II** - Realizar remoção somente com a presença de um agente da autoridade que autuou o infrator;

**III** – Liberar o veículo somente após a apresentação do ato liberatório expedido pela autoridade competente e do pagamento de multas, taxas, e despesas com remoção e estada, na forma do art. 271 do Código de Trânsito Brasileiro e demais atos regulamentares.

**Parágrafo único:** Será de responsabilidade da concessionária, desde o momento da remoção e durante o período em que estiver recolhido, qualquer dano provocado ao veículo.

## **CAPÍTULO I - DA CONCESSÃO**

**Art.7º** - A concessão será outorgada à entidade privada regularmente constituída que satisfaça os requisitos do edital de Concorrência Pública, por um período de 10 (dez) anos prorrogáveis por igual período.

**Parágrafo único.** O gerenciamento do contrato de concessão será efetuado pela Secretaria de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil, ou órgão que venha assumir suas atribuições.

**Art. 8º** - A concessionária poderá contratar serviços de terceiros para realizar a segurança e sob sua responsabilidade para fazer frente a vigilância e guarda dos bens decorrentes da concessão outorgada, bem como dos softwares necessários para informatização e armazenamento de dados do sistema para gerenciamento e controle “on line” do pátio de recolhimento de veículos apreendidos, no que couber.

## **CAPÍTULO II - DOS ENCARGOS DO PODER CONCEDENTE**

**Art. 9º**- Incumbe ao poder concedente:

- I** - Regular o serviço, gerenciá-lo e fiscalizá-lo permanentemente;
- II** - Assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão;
- III** - Aplicar penalidades regulamentares e contratuais;
- IV** - Declarar a extinção da concessão nos casos previstos em lei; e,
- V** - Fixar a tarifa dos serviços concedidos na forma estabelecida no art. 11. **Par**

**Parágrafo único.** No exercício da fiscalização, o poder concedente terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da concessionária

## **CAPÍTULO III -**

### **DOS ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA**

**Art.10** Além do cumprimento das cláusulas constantes do contrato de concessão, a concessionária fica obrigada a:

**I** - Prestar serviço adequado, assim entendido o prestado com regularidade, continuidade e igualdade de tratamento dos usuários e modicidade nas tarifas;

**II** - Facilitar o exercício da fiscalização pelo poder concedente;

**III** - Cumprir as ordens de serviço emitidas pela Autoridade de Trânsito do Município;

**IV** – Possibilitar o acesso às pessoas com deficiência (PCD);

**V** – Apresentar, até o quinto dia útil de cada mês, relatório pormenorizado dos veículos apreendidos e comprovantes de depósitos em conta do Fundo Municipal de Transportes e Assistência ao Trânsito.

**Parágrafo único.** A concessionária não manterá qualquer outra atividade comercial ou industrial no local destinado à guarda e depósito de veículos, ou mesmo anexa ao estabelecimento, sob pena de rescisão, extinção ou caducidade da concessão.

## **CAPÍTULO IV - DA POLÍTICA TARIFÁRIA E RECEITAS DO SISTEMA**

**Art. 11** - Os serviços de que trata a presente Lei serão suportados pelo montante arrecadado, proveniente dos pagamentos efetuados pelos proprietários ou possuidores de veículos notificados e/ou apreendidos por infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro, das tarifas a serem regulamentadas através do Poder Executivo.

**Art. 12** - Os veículos oficiais pertencentes ao Município de Ribeirão Pires, desde que no perímetro urbano, serão atendidos, quando necessário, sem a cobrança de tarifa.

**Art. 13** – O valor mínimo pela outorga da concessão devida ao Município de Ribeirão Pires será regulamentado mediante expedição do competente Decreto, ficando a concessionária como fiel depositária das importâncias pertencentes ao Município até a data do efetivo pagamento mensal.

**Parágrafo único.** A receita referida no caput será aplicada aos Projetos de Engenharia de Tráfego, Fiscalização e Operação de Trânsito, Educação para Trânsito, Coleta, Controle e Análise de Trânsito.

## **CAPÍTULO V - DOS VEÍCULOS**

**Art. 14** - A concessionária deverá apresentar anualmente ao poder concedente comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, apólice de seguro vigente, além de manter os veículos/guincho sempre em perfeito estado de uso e conservação, atendendo as seguintes condições:

- I** - Excelente condição de uso, nas partes mecânicas, lataria e com um sistema de guincho eficiente;
- II** - Estar o veículo adequado às condições legais e regulamentares;
- III** - Equipado de modo a efetuar guinchamento de todos os veículos regulamentados pela legislação vigente e de acordo com suas respectivas características e especificações;
- IV** - Estar provido de todos os equipamentos obrigatórios de segurança estabelecidos no Código de Trânsito Brasileiro, bem como de sinalizador móvel e fixo que possibilite a prestação de serviço com plena segurança, principalmente no período noturno.

## **CAPÍTULO VI - DA FISCALIZAÇÃO E DA RESCISÃO**

**Art. 15** - Incumbe à Secretaria Municipal de Segurança Urbana, Mobilidade de Defesa Civil, enquanto órgão executivo municipal de trânsito, a fiscalização dos serviços previstos nesta Lei.

**Parágrafo único.** O Município poderá contar com o apoio de órgãos e instituições governamentais afins para a fiscalização cooperativa dos serviços visando o aperfeiçoamento da dinâmica do exercício do poder de polícia administrativa.

**Art. 16** - Na hipótese de descumprimento de qualquer disposição desta Lei por parte da concessionária, o contrato administrativo será rescindido de pleno direito nos termos do artigo 77, 78 e 79 da Lei federal nº 8.666/93, combinados com os artigos 35 ao 39 da Lei Federal nº 8.987/95, sempre respeitando o contraditório e ampla defesa mediante processo administrativo autônomo.

**Art. 17** - A licitação para outorga da concessão terá como parâmetro as Leis Federais nº 8.666/1993, 8.987/1995 e 9.503/1997, Lei Complementar Federal nº 123/2006, as Resoluções do CONTRAN e as Portarias da Secretaria de Estado dos Negócios de Segurança Pública ou do Departamento Estadual de Trânsito em vigência, novas disposições legais que substituam, alterem, ou complementem as elencadas neste artigo e/ou contrato de concessão do serviço tratado na presente Lei

## **CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 18.** Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Convênio com o Estado de São Paulo, através da Secretaria de Segurança Pública, objetivando a cooperação técnica, material, administrativa e operacional, para a implantação do pátio unificado se necessário, delegando competências estaduais de remoção, recolha, guarda e depósito de veículos localizados e/ou apreendidos em decorrência de infração de trânsito, disciplinando as atividades previstas no art. 22 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro.

**Art. 19** - Caso o proprietário ou o condutor não esteja presente no momento da remoção do veículo, a autoridade de trânsito, no prazo de 10 (dez) dias contados da data da remoção, deverá expedir ao proprietário a notificação por remessa postal ou por outro meio tecnológico hábil que assegure a sua ciência, para as providências necessárias à sua restituição e sobre o disposto no art. 328 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro.

**§1º** Caso reste frustrada a tentativa de notificação prevista no "caput", fica autorizado a notificação através de edital a ser publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município.

**§2º** A notificação devolvida por desatualização do endereço do proprietário do veículo ou por recusa desse de recebê-la, será considerada recebida para todos os efeitos.

**§3º** No caso de constar do registro do veículo, informações referentes à existência de Alienação Fiduciária ou Reserva de Domínio, também será encaminhada notificação ao respectivo credor.



**§4º** A restituição do veículo removido só ocorrerá mediante prévio pagamento de multas, taxas e despesas com remoção e estada, além de outros encargos previstos na legislação específica.

**§5º** Em caso de remoção de veículos por abandono, a notificação prevista no "*caput*" deste artigo fica dispensada nos termos do art. 1.275, inciso III, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro).

**Art. 20** – O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente lei, por decreto, no que for necessário

**Art. 21** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 30 de junho de 2022 - 308º Ano da Fundação e 68º da Instalação do Município.

**CLÓVIS VOLPI**  
Prefeito

**RANGEL FERREIRA**  
Secretário de Assuntos Jurídicos

**EDUARDO MONTEIRO PACHECO**  
Secretário de Finanças e Administração

Processo administrativo nº 4396/2022 – PM  
Publicada no órgão da imprensa oficial